

O Eu-para-mim, o Outro-para-mim e o Eu-para-o-outro: um Diálogo entre a Filosofia do Ato e os Paradigmas Organizacionais

ANA ELIZA FERREIRA ALVIM DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)
anaeliza.alvim@gmail.com

VALDERÍ DE CASTRO ALCÂNTARA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)
valderidecastroalcantara@gmail.com

MARCO ANTÔNIO VILLARTA-NEDER
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)
villarta.marco@del.ufla.br

O EU-PARA-MIM, O OUTRO-PARA-MIM E O EU-PARA-O-OUTRO: UM DIÁLOGO ENTRE A FILOSOFIA DO ATO E OS PARADIGMAS ORGANIZACIONAIS

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre os estudos organizacionais como campo historicamente contestado (REED, 1999) passa pelo debate sobre a pertinência de se desenvolver as pesquisas da área a partir da noção de paradigmas. O campo é marcado, ainda significativamente, pelo diagrama de Burrell e Morgan (1979), que identifica e esquematiza quatro paradigmas, em relações binárias, a partir dos quais os estudos organizacionais podem estar posicionados (funcionalista, interpretativa, humanismo radical e estruturalismo radical). O estabelecimento desses “lugares de pesquisa” pelos autores deu-se a partir das reflexões sobre a evolução da ciência propostas por Thomas Kuhn (BURRELL; MORGAN, 1979).

O fato de a concepção inicial de paradigma estar muito relacionada às ciências naturais é um dos elementos que enseja questionamentos sobre a aplicabilidade do modelo de Burrell e Morgan (1979) aos estudos organizacionais. Recentemente, Paes de Paula (2015) sugeriu enfaticamente o abandono desse modo de pensar, baseado em paradigmas, pois ele incentivaria conflitos inférteis no campo. Entretanto, apesar das muitas críticas que já recebeu, o modelo de Burrell e Morgan continua “vivo”, suscitando debates. Mark Tadajewski, por exemplo, publicou em 2009 uma defesa do diagrama (PAES DE PAULA, 2015).

Considerando o debate já instalado e bastante revisitado (PAES DE PAULA, 2015), nosso objetivo é o de interpretá-lo a partir de conceitos de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, Valentin Volóchinov, Pável Medviédev e outros - ou melhor, do Círculo de Bakhtin (FARACO, 2009). Cabe destacar que são raros os estudos organizacionais desenvolvidos com base nas contribuições do Círculo (BELOVA; KING; SLIWA, 2008; ROBERTS, 2014; ARBOIT; GUIMARÃES, 2015; FARIA, 2015). Quando se apresentam, concentram-se, na maioria das vezes, apenas na esfera da “Análise do Discurso”, utilizando as concepções do autor apenas como procedimento metodológico (FARACO, 2009).

Diferente disso, a proposta que se estabelece para este artigo é a recorrência a Bakhtin especialmente para enriquecimento das reflexões sobre o próprio pensar da ciência organizacional e sobre os posicionamentos epistemológicos e ontológicos do pesquisador neste campo. O ensaio busca trazer para o debate sobre os estudos organizacionais as ideias ligadas à filosofia da linguagem de Bakhtin, especialmente na sua obra “Para uma Filosofia do ato” – *Toward a Philosophy of the Act* (BAKHTIN, 2010), na qual se contempla as construções teóricas do eu-para-mim, o outro-para-mim e do eu-para-o-outro.

Dessa forma, a discussão do artigo estará focada no agir frente à alteridade, que pressupõe uma relação com o “outro”, que por sua vez constitui o “eu”, mediante relações mútuas, intersubjetivas (FARACO, 2009; BRAIT, 2010). Nesse sentido, nosso objetivo é: **problematizar as dicotomias e incomensurabilidades dos paradigmas de Burrell e Morgan (1979) a partir da Filosofia do Ato de Bakhtin no âmbito dos Estudos Organizacionais.**

Acreditamos que o que diz Meneghetti (2011) sobre o ensaio teórico aplica-se ao nosso texto: não pretendemos que nossas interpretações sejam admitidas como verdades: “A verdade, como fim em si mesma, é responsável por retirar a originalidade da argumentação exigida no ensaio” (MENEGHETTI, 2011, p. 324). Portanto, o desafio assumido é o do enriquecimento das reflexões que constituem nosso objeto de estudos. Inicialmente, o ensaio teórico aqui construído traz a contextualização do objeto de reflexão: os paradigmas de Burrell e Morgan para os estudos organizacionais. Em seguida, há uma seção dedicada a apresentar as principais reflexões do Círculo de Bakhtin, incluindo-se as noções de linguagem

e diálogo e os “encontros” prévios de Bakhtin com os estudos organizacionais. São também apresentadas as discussões específicas da obra “Para uma Filosofia do Ato”, articuladas à problematização de análise do modelo de Burrell e Morgan. Caminhamos, então, para as considerações finais.

2 PARADIGMAS DE BURRELL E MORGAN E OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Como argumenta Burrell (1999), o clima no campo dos estudos organizacionais, na década de 1960, era de ilusória calma, com trabalhos pautados nas ideias de Max Weber, sob os preceitos da centralidade da modernidade e da eficiência gerada pelo fluxo burocrático das organizações. O objetivo era dar cientificidade ao campo, utilizando um quadro explanatório positivista e estrutural. Porém, a partir do final dos anos de 1960, inicia-se uma efervescência de contestações, com maior fragmentação de teorias e a transformação da teoria organizacional em um campo de lutas.

Entre os fatores motivadores para a transformação do campo nessa arena de disputas estava o questionamento ao modelo positivista adotado até então para o pensar da administração - procedimentos científicos que teriam por modelo as ciências naturais (imobilização do objeto para que pudesse ser estudado, aprisionando-o) (BURRELL, 1999). Outro fator que contribuiu para as contestações foi o fato de ter emergido um lado até então negligenciado de Weber – o weberianismo de esquerda - ignorado pelos parsonianos na interpretação que fizeram da obra do autor alemão.

Foi nesse contexto que ocorreu a publicação do livro de Burrell e Morgan, em 1979. Eles criaram um diagrama, delimitando quatro paradigmas excludentes entre si (sociologia funcionalista, sociologia interpretativa, humanismo radical, estruturalismo radical), que seriam a base sobre a qual se desenvolveriam as teorias nos estudos organizacionais (BURRELL; MORGAN, 1979). A proposta resgatou certa estabilidade do campo da análise organizacional e, apesar das críticas, estabeleceu-se como referência, com uma influência que se perpetua até os dias atuais (PAES DE PAULA, 2015; 2016). Para muitos, o diagrama teve o mérito de mostrar que a orientação funcionalista não era a única via, e que o estado normal da ciência é pluralístico, com perspectivas que competem entre si (DEETZ, 1996).

No que se refere ao conceito de paradigma, Burrell (1999) pondera as diferentes denotações do termo e opta por explicá-lo como uma forma compartilhada de ver o mundo e de estudá-lo. Assim, esse compartilhamento ocorre em “grupos de cientistas que vivem em uma comunidade marcada por uma linguagem conceitual comum, que buscam fundar um edifício conceitual comum, e que são possuídos por uma postura política muito defensiva em relação aos de fora” (BURRELL, 1999, p. 447).

O livro de Burrell e Morgan (1979) teria contribuído para que parte dos estudiosos das organizações adotassem quadros de referência diversos do dominante (positivismo), embora Burrell (1999) considere que a legitimação de outros paradigmas diferentes do funcionalismo não se completou. O argumento de defesa do diagrama de Burrell e Morgan era de que o desconhecimento de uma realidade paradigmática, até então indiscutida, assim como a aceitação do funcionalismo como hegemônico, aprisionavam e limitavam o desenvolvimento do campo. A missão da obra era libertar o campo e expandir seus limites (CALDAS, 2005).

O quadro de Burrell e Morgan (1979) foi construído sobre dois eixos. O horizontal divide a natureza da ciência em objetiva e subjetiva; o eixo vertical posiciona a natureza da sociedade (realidade social) em sociologia da mudança radical e sociologia da regulação. De acordo com Paes de Paula (2016), o diagrama leva em conta os debates ontológico (realismo x nominalismo), epistemológico (positivismo x antipositivismo), da natureza humana (determinismo x voluntarismo) e metodológico (teoria nomotética x teoria ideográfica). O polo objetivista do eixo da natureza da ciência pressupõe uma abordagem realista, positivista,

determinista e nomotética. Já o polo subjetivista diz respeito a uma abordagem nominalista, antipositivista, voluntarista e ideográfica.

Por exemplo, no eixo da natureza da sociedade, a categorização sociologia da regulação identifica preferências teóricas preocupadas em explicar a sociedade por meio da unidade e da coesão, privilegiando o *status quo*, a ordem social, o consenso, a integração e a coesão social, a solidariedade, a satisfação de necessidades e realidade. Já para os adeptos teóricos da sociologia da mudança radical, a preocupação é com os conflitos, os modos de dominação, a privação humana e a contradição. Em geral, são “encaixados” quatro paradigmas: funcionalista, interpretativa, humanismo radical e estruturalismo radical.

Entre as críticas ao diagrama estão aquelas que afirmam que teorias são forçadas a se encaixar em uma estrutura estanque, mesmo não se ajustando perfeitamente em determinado paradigma (BURRELL, 1999; PAES DE PAULA, 2015). Assim, pesou sobre a proposta a acusação de ser, em essência, uma abordagem funcionalista/positivista (apesar de apresentar alternativas ao funcionalismo), por fazer uma simplificação forçada em uma matriz 2 x 2.

As críticas também passaram por uma possível distorção, na confecção do modelo, da visão de Thomas Kuhn sobre paradigma e pela suposta má-utilização da ontologia com a dicotomia subjetivo-objetivo. Peci (2006), por exemplo, diz que as perspectivas importantes aos estudos organizacionais como as de Michel Foucault, Bruno Latour, Richard Rorty e outros, que operam com base na não-existência da dicotomia objetividade-subjetividade, não encontram espaço nas categorias que Burrell e Morgan (1979) propõem. Vieira e Caldas (2006) também contribuem para a discussão ao escreverem sobre as abordagens pós-modernas em estudos organizacionais, pois essas também teriam alocação problemática nos quadrantes de Burrell e Morgan (1979), já que “embora surjam da contradição à ortodoxia positivista, negam igualmente a teoria crítica e os modelos mais radicais” (VIEIRA; CALDAS, 2006, p. 59).

A questão da incomensuralidade dos paradigmas foi a que permaneceu no centro dos debates e críticas, por implicar na impossibilidade de uma teoria compartilhar bases de paradigmas diferentes. Os que defendem a incompatibilidade acreditam que ela é necessária para a sobrevivência ideológica das abordagens que constituem o paradigma. Para outro grupo de estudiosos, a necessidade dos estudos organizacionais é justamente a superação de uma ciência social desenvolvida a partir de paradigmas. Paes de Paula (2016) argumenta que a ideia de incomensurabilidade dos paradigmas acirrou as disputas acadêmicas inférteis, que não levaram ao desenvolvimento do campo; ao contrário, o fechamento em posições muito marcadas impediria a percepção de caminhos alternativos e emancipatórios.

A concorrência entre as polarizações objetivismo/subjetivismo e mudança/regulação acabou dividindo os pesquisadores do campo entre posições de refutação à incompatibilidade de paradigmas, de adesão a ela ou de apresentação de alternativas, como as estratégias multiparadigmáticas (analisam um mesmo fenômeno por meio das diferentes lentes), pela quais é possível aceitar a incomensurabilidade, mas reconhecendo a possibilidade de diálogo entre os diferentes paradigmas. Lewis e Grimes (2005), por exemplo, apresentam um modelo de pesquisas multiparadigmáticas que toma os paradigmas como “verdades parciais”, capazes de isoladamente oferecer representações plausíveis, mas incompletas.

Mesmo com quase meio século de debates, Paes de Paula (2016) deixa explícito o caráter não-resolvido das discussões em torno do modelo de Burrell e Morgan (1979). Ela recupera o histórico de críticas feitas ao diagrama e lembra artigo de 2009, publicado por Mark Tadajewski, no qual ele faz “[...] uma nova defesa da tese da incomensuralidade contra os argumentos pró-comensuralidade e as celebrações de pluralismo feitas por alguns autores, o que revela que o debate continua seguindo seu curso” (PAES DE PAULA, 2015, p. 64).

Em resumo, Paes de Paula (2015; 2015) propõe o abandono do modelo inicial de Burrell e Morgan e da lógica explicativa kuhniana no campo dos estudos organizacionais.

Argumentando que o que ocorre é a convivência de paradigmas lado a lado, a autora, defende uma nova noção de ciência: no lugar de paradigmas, apresenta sistemas de produção de conhecimentos que ela chama de abordagens sociológicas, distribuídos em três matrizes: empírico-analítica, hermenêutica e crítica. O desenvolvimento de abordagens sociológicas (teorias) passa a se dar orientado por tais matrizes, tendo a possibilidade de ser híbridos (articulando matrizes distintas) ou de se manterem puras. Aqui, o conhecimento evolui não ao se vencer o paradigma adversário, mas quando os pesquisadores constatarem incompletudes cognitivas e realizam reconstruções epistêmicas, buscando novas interpretações e soluções. A ideia de incompletude substitui a de incomensurabilidade e a de reconstruções epistêmicas substitui as revoluções científicas (PAES DE PAULA, 2015; 2016). Contudo,

[...] o fato é que as agitações pelas quais passaram os Estudos Organizacionais desde a publicação da obra de Burrell e Morgan (1979) parecem estar longe de acalmar-se. Para os pesquisadores que se dedicam à Administração, é possível perceber um campo repleto de debates calorosos e intensos que, em grande parte, funda-se em defesas e ataques a teorias e a paradigmas. Um campo que conserva inúmeras dualidades; defesas e ataques a dicotomias; teorias situadas no campo ontológico da subjetividade e da objetividade; epistemologias e metodologias qualitativas e quantitativas. (SILVEIRA, 2013, p. 668).

Nesse contexto, este artigo aumenta vozes de um diálogo (em sentido bakhtiniano) que remete a um passado distante (pelo menos até 1979 com a proposta do modelo) e que possivelmente se estenderá um futuro também distante. Dessa forma, considerando partes do que foi dito até agora, apresentamos um diálogo com Bakhtin, tendo em vista problematizar os paradigmas, sua incomensurabilidade e dicotomias.

3 O CÍRCULO DE BAKHTIN: LINGUAGEM E DIÁLOGO

Mikhail Mikhailovich Bakhtin, filósofo e pensador russo, escreveu várias de suas obras mais importantes no final da década de 1920, influenciado pelas discussões com os colegas Valentin Voloshinov e Pavel Medvedev, entre outros – o chamado “Círculo de Bakhtin”. No Brasil, o autor é explorado com profundidade na área da linguística e educação; no campo dos estudos organizacionais, apenas marginalmente. Mesmo sendo um dos teóricos mais importantes do século XX (ROBERTS, 2014), não existem trabalhos que busquem as contribuições do autor ao debate sobre ciência organizacional de forma ampla ou à questão dos paradigmas. Antes de focarmos na obra, “Para uma Filosofia do Ato” (principal base das reflexões aqui propostas), apresentamos dois conceitos-chave para compreensão da obra do autor (FARACO, 2009; BRAIT, 2010), a saber: linguagem e diálogo. Sem eles, não é possível compreender os demais conceitos trabalhados por Bakhtin.

O diálogo é o conceito bakhtiniano mais citado e pode ser o mais incompreendido (FARACO, 2009). A perspectiva de Bakhtin constitui uma filosofia abrangente, que considera que toda a comunicação é dialógica e que o sentido só pode ser interpretado no seu contexto social (ROBERTS, 2014). Nesses termos, o sentido é construído nas interações e não existe *a priori* (AMORIM, 2013), ou seja, “o interlocutor participa ativamente da construção de sentido ao [...] interpretar os signos enunciados” (SOUZA; CARRIERI, 2014, p. 16).

[...] as significações não estão dadas no signo em si, nem estão garantidas por um sistema semântico abstrato, único e atemporal, nem pela referência a um mundo dado uniforme e transparentemente, mas são construídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiências dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses sociais. (FARACO, 2009, p. 51).

Como explica Camargo Júnior (2005), a concepção dialógica de Bakhtin implica a impossibilidade de se destruir o já dito. O contexto do diálogo se estende a um passado e a um futuro sem limites (BAKHTIN, 2011). Massas de sentido estabelecidas no passado e

esquecidas podem ressurgir de forma renovada. Assim, todo texto, segundo a visão bakhtiniana, reflete e refrata vozes diversas, agregando não apenas consenso, mas oposições, indiferenças, resistências e lutas (FARACO, 2009; CASTRO; PORTUGUAL; JACÓ-VILELA, 2011). A concepção do círculo de Bakhtin (2011) dialoga então com visões formalistas da linguagem, contrapondo-se a elas, ao afirmar que a língua é viva e que não pode ser vista como sistema abstrato, não sendo jamais monológica, nem quando falamos sozinhos, já que temos os sentidos produzidos pela memória. Com isso, a linguagem é concreta e é interação, ou melhor, “inter-ação”, como coloca Koch (1992).

De acordo com Corsino (2015), Bakhtin alerta para o fato de não poder ser identificada nem a primeira nem a última palavra de um processo discursivo. A compreensão se dá em um fluxo de emersão de novas perguntas, numa corrente ininterrupta: “Esta dialogia que constitui a vida humana é inconclusa e se insere no grande tempo” – tempo futuro e desconhecido, em que o texto poderá ser acolhido e lido de outro modo (CORSINO, 2015, p. 406). Enquanto agimos no mundo, produzimos discursos e somos por eles produzidos. Com a linguagem, relacionamo-nos com a cultura, produzimos sentidos nas interações com outras pessoas (FARACO, 2009; CORSINO, 2015).

Como destacam Groff, Maheirie e Zanella (2010), esse dialogismo impacta na concepção de texto de Bakhtin – uma construção que guarda em si o debate e abriga, nas entrelinhas, vários “outros autores” (diferentes daquele que o assina). Nesse direcionamento, “A palavra escrita pode ser compreendida, então, como objetivação de um processo dialógico não necessariamente harmonioso, processo onde variadas vozes sociais estão em relação e podem vir a ser modificadas no próprio processo de produção de conhecimentos” (GROFF; MAHEIRIE; ZANELLA, 2010. p. 3). Pensando-se aqui em um projeto de pesquisa, artigo ou livro, temos que seu desenvolvimento envolve relações de alteridade em que o pesquisador se posiciona como autor, porém trata-se de uma autoria compartilhada.

Considerando o conceito de diálogo bakhtiniano, tem-se a reflexão de que nas ciências exatas humanas e sociais existe uma relação dialógica, porque o objeto dessas ciências “[...] é um ser que produz discursos e posiciona-se ativamente aos discursos proferidos a ele. Portanto, o cognoscível (objeto) responde ao cognoscente (pesquisador)”. Há diálogo entre pesquisador e objeto (RIBEIRO, 2013).

Castro, Portugal e Jacó-Vilela (2011) chamam atenção para o respeito e a importância conferidos pelo autor russo aos discursos que analisava. Ao criticar uma obra, ele também reconhecia sua importância. “Assim, quando ele aponta as falhas das concepções saussurianas e idealistas do signo, vemos claramente como elas foram importantes como posições bem definidas para elaboração de seu próprio discurso” (CASTRO; PORTUGUAL; JACÓ-VILELA, 2011, p. 98) - posição importante para o campo dos estudos organizacionais.

A seguir, apresentamos alguns trabalhos que utilizaram o referencial do Círculo de Bakhtin no âmbito dos estudos organizacionais.

3.1 O círculo de Bakhtin e os estudos organizacionais: encontros prévios

No âmbito dos periódicos internacionais, é possível citar alguns trabalhos que recorrem às ideias bakhtinianas. Belova, King e Sliwa (2008) indicaram que o conceito de polifonia de Bakhtin serve para analisar as organizações como espaços discursivos em que as vozes múltiplas e heterogêneas se envolvem em um concurso para a audibilidade e poder. Jabri, Adrian e Boje (2008), por sua vez, buscaram uma perspectiva bakhtiniana de estudo de conversas na comunicação para a mudança.

Goosseff (2010) explorou as ligações entre a *autopoiesis* – como descrito por Maturana e Varela – e a obra de Bakhtin sobre o diálogo na compreensão da retórica organizacional. Helin (2015) estudou o processo de escrita de um relato de pesquisa por meio da ideia do romance polifônico de Bakhtin. Segundo o autor, o artigo contribui para a

discussão sobre a forma como as questões de escrita, em que o pesquisador tenta não ser o mediador final do significado, podem enriquecer os estudos organizacionais. Já Arboit e Guimarães (2015) buscaram um diálogo teórico entre as perspectivas sociocognitivas de organização do conhecimento e os conceitos de ato responsável e compreensão responsiva.

Em contexto nacional, Faria (2015, p. 51) buscou “refletir sobre a Análise de Discurso em Estudos Organizacionais segundo as concepções de Pêcheux e Bakhtin”. O autor apresenta várias contribuições de Bakhtin (linguagem, enunciação, gêneros do discurso e refração), no entanto, não amplia as contribuições bakhtinianas para âmbito mais amplo dos estudos organizacionais. Souza e Carrieri (2014, p. 15), ao tratarem das abordagens da análise de discurso, observam que “Mikhail Bakhtin é reconhecido como um dos mais importantes críticos da linguística saussuriana ao desviar o foco dos sistemas abstratos da *langue* para a manifestação concreta dos indivíduos em determinados contextos sociais”. Eles enfatizam os conceitos de enunciação e linguagem, a natureza dialógica da construção discursiva, a construção de enunciados e o diálogo constante entre duas ou mais vozes.

Boje (2002) introduz uma temática diferente das apresentadas pelos demais autores nacionais citados: o carnaval. A ideia é relacionada ao contexto organizacional: “[...] no que Bakhtin e Kristeva chamariam de ‘carnaval’, ou seja, o uso de teatro para parodiar e resistir a espetáculos de hegemonia corporativa global [...]” (BOJE, 2002, p. 12). Em síntese, há trabalhos que aplicaram Bakhtin aos estudos organizacionais e outros campos próximos, mas que ainda são incipientes, dada a amplitude e relevância de suas obras. Devido a isso, esse diálogo entre Bakhtin e os estudos organizacionais permanece como uma agenda de pesquisa aberta (ROBERTS, 2014), especialmente no que tange à obra “Para uma Filosofia do Ato”.

4 OS PARADIGMAS ORGANIZACIONAIS FRENTE À OBRA FILOSOFIA DO ATO

“Para uma Filosofia do Ato”, de acordo com Holquist (2010), é o mais antigo entre os textos confirmados de Bakhtin – produzido entre 1919 e 1921 ou 1920 e 1924 (AMORIN, 2009) e publicado apenas em 1986. É considerado de difícil entendimento devido a fatores como: o manuscrito original que foi base para a publicação estava deteriorado pelo tempo e condições de conservação, além de possuir trechos escritos de forma apressada, devido à doença óssea que acometeu Bakhtin; o texto constitui um processo de reflexão do autor não finalizado, apresentando-se ainda no estágio inicial da efervescência de ideias que o moviam no momento da escrita (HOLQUIST, 2010).

Liapunov (2010) no prefácio da edição americana da obra (*Toward a Philosophy of the Act*), afirma que o primeiro parágrafo da introdução, se analisado conjuntamente a trechos que vêm na sequência, já revela ter havido páginas precedentes não presentes da obra, pelas quais estaria explícito que Bakhtin (2010), ao tratar o ato responsável, fazia-o não somente o âmbito da atividade estética, mas também da atividade do pensamento discursivo teórico, englobando aí os movimentos da ciência e da filosofia. Diante do objetivo a ser alcançado no presente ensaio teórico, concentraremos nossos esforços sobre essa segunda possibilidade de leitura das reflexões do filósofo russo, ou seja, a apreciação da obra “Para uma filosofia do ato” se dará sob o ponto de vista da produção científica.

Trataremos neste estudo dos seguintes pontos abordados por Bakhtin (2010) na obra em questão: os três momentos da arquitetônica dos mundos individuais (eu-para-mim, o-outro-para-mim e eu-para-o-outro), considerados a partir da ideia de alteridade; as noções de ato, responsabilidade, verdade, dever e não-álibi do sujeito; e, finalmente, o espaço da dúvida.

4.1 Alteridade e os três momentos da arquitetônica dos mundos individuais

As relações de alteridade tão enfatizadas por Bakhtin baseiam-se na ideia de que é a partir do olhar do “outro” que “o ser” se constitui, e seu próprio olhar também constitui o outro. O “ser” não consegue se ver completamente; precisa o olhar do outro. É o que o

“outro” visualiza no “ser” que o completa; e o que o “ser” visualiza no “outro” também completa esse “outro”. Assim, o sujeito somente se constitui por meio do olhar e da palavra do “outro” – “Bakhtin dirá que do mesmo modo que a minha visão precisa do outro para eu me ver e me completar, minha palavra precisa do outro para significar” (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012, p. 113).

Em “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, o pensador russo afirma que tomamos consciência por meio do outro (CORSINO, 2015). É pela alteridade, como avalia Sampaio (2009), que se estabelecem os três momentos dos mundos individuais: as relações “eu-para-mim”, “o outro-para-mim” e “o eu-para-o-outro”. Para desenvolver tal perspectiva, Bakhtin (2010) considera que o sujeito é singular no mundo, insubstituível, ocupante de um lugar único. Só ele pode dar uma contribuição específica:

No dado ponto único onde agora eu estou, ninguém jamais esteve no tempo único e no espaço único do Ser único. [...]. Aquilo que pode ser feito por mim não pode nunca ser feito por ninguém mais. A unicidade ou singularidade do Ser presente é forçadamente obrigatória. (BAKHTIN, 2010, p. 58).

Nessa primeira reflexão, tem-se o “eu-para-mim”, que, por sua vez, terá relação com o “outro-para-mim”: para Bakhtin (2010), também o reconhecimento do outro é feito de forma singular por cada sujeito, de seu lugar único no Ser. Perceber o outro – “isso é algo que apenas eu posso fazer por ele no dado momento em todo o Ser: essa é a ação que faz o ser dele mais completo, a ação que é absolutamente proveitosa e nova, e que só é possível por mim” (BAKHTIN, 2010, p. 59). É possível inserir aqui a reflexão de Amorim (2004), baseada em Bakhtin: o que surge dentro do ser, ao experimentar a mudança, já não é um “outro”?

Essas discussões nos levam problematizar os paradigmas de Burrell e Morgan (1979) e a construir esta questão: **Se cada “ser” depende do “outro” (de outros) para se constituir completamente, como pode haver uma pretensão de que os paradigmas possuam fronteiras bem delineadas a ponto de desejarem excluir os “outros” do diálogo?**

A reflexão então é a seguinte: é plausível a leitura de que os paradigmas de Burrell e Morgan (1979) tenham sido construídos de forma a não considerar o dialogismo e as relações intersubjetivas entre sujeito e objeto; assim, se os quadrantes se afirmam como paradigmas fechados e finitos, é preciso ponderar em contrapartida que não é possível a constituição de uma área sem relação com as outras. Como diz Amorim (2004, p. 26) com base na obra de Bakhtin, a atividade de pesquisa é “uma espécie de exílio deliberado onde a tentativa é de ser hóspede e anfitrião ao mesmo tempo”. Sobre a metáfora, ela recorre a Jacques Derrida para explicar que “não há hospitalidade se não posso ser ‘dono da casa’, mas, ao mesmo tempo, não há casa nem interior que não tenha porta e janela, isto é, um lugar de passagem para o ‘estrangeiro’”. (AMORIM, 2004, p. 27). Portanto, pesquisar é estar pré-disposto a relacionar-se com “o outro”, acolhendo eticamente o que ele diz, mesmo que em um debate tenso.

É preciso dizer que a ideia de particionar o conhecimento em posições fechadas é uma ideia positivista – a própria representação não é dialógica, por remeter ao modelo cartesiano de eixos que se cruzam e formam quatro quadrantes. Outros recursos apresentados por Burrell e Morgan (1979) para apresentar as visões da realidade social e dos estudos são também marcados por dicotomias, como ao contrapor positivismo e antipositivismo, voluntarismo e determinismo, nominalismo e realismo e ideográfico e monotético.

O diagrama, com os quatro paradigmas orientadores dos estudos organizacionais, à primeira vista, não contrariaria o dialogismo que caracteriza os discursos na perspectiva bakhtiniana. Por essa concepção, para afirmar sua posição, o pesquisador descreve e concebe seu trabalho a partir da diferenciação existente entre o paradigma em que se localiza e os demais. Assume posições ontológicas, epistemológicas e metodológicas em diálogo com os demais paradigmas, sabendo que suas escolhas devem diferir daquelas feitas nesses outros espaços de produção do conhecimento. Pratica seu ato responsivo já considerando a visão que

os representantes dos paradigmas externos terão de seu trabalho, muitas vezes construindo um discurso que busca a antecipação da resposta às críticas de possíveis destinatários.

Todavia, tendo em vista que é a partir do olhar do “outro” que “o ser” se constitui, o ato responsivo de Bakhtin (2010) caminha para uma direção ética ao considerar o conceito de ato responsável. Ao potencializar os conflitos no campo, os paradigmas em posições dicotômicas acabaram por revitalizar “guerras”, em que o “outro” deixa de ser visto em um sentido ético de alteridade para ser visto como aquele que se deve eliminar. A hospitalidade é comprometida (AMORIN, 2004). E há tentativas de “silenciar” o outro por meio de enunciados como: “você fala de lá” [do outro paradigma], “isso não diz respeito ao seu paradigma” ou ainda “isso aí não é ciência”.

O modelo de Burrell e Morgan (1979), ao tentar fechar quatro quadrantes, acaba por não dar voz à noção bakhtiniana de que “São contra palavras as palavras do outro. Nas inter-relações entre eu e o outro se confrontam múltiplos discursos e nesta arena nos constituímos e somos constituídos mutuamente, sempre de forma inacabada e provisória” (CORSINO, 2015, p. 401). Lembrando que “[...] Bakhtin reconhece a importância de uma obra ao criticá-la e não a toma em bloco, não entende que o discurso exista como uma unidade sólida. (CASTRO; PORTUGUAL; JACÓ-VILELA, 2011, p. 98).

Por mais, que a constituição pela alteridade, de forma dialógica, seja inerente à vida humana, o modelo não leva isso em consideração e cria barreiras “arbitrárias”. Isso sugere que Burrell e Morgan (1979) não se detiveram, para desenvolver seu modelo de paradigmas, à noção de que “Eu não posso me arranjar sem um outro, eu não posso me tornar eu mesmo sem um outro; eu tenho de me encontrar num outro por encontrar um outro em mim” (BAKHTIN, 1963, p. 297 *apud* SAMPAIO, 2009, p. 47).

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos *do passado*, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, **podem jamais ser estáveis** (concluídos, acabados de uma vez para todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, **tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada** (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo. (BAKHTIN, 2011, p. 410; grifo nosso).

Nesse sentido, não se pode imaginar que o campo passará de uma arena de lutas para uma arena consensual; na verdade, temas, conceitos e palavras que estão “esquecidos” podem ser revividos, trazidos ao palco dos debates – tal como os paradigmas de Burrell e Morgan, as propostas de Taylor e Fayol, o positivismo de Auguste Comte, tudo que já foi dito e não-dito. Isso **explica porque questões pensadas em diferentes tempos históricos são ainda atuais**. O mesmo vale para **os paradigmas que de maneira alguma são substituídos totalmente por outros ou outras formas de pensar as relações no campo dos estudos organizacionais** – “Não existe nada absolutamente morto” (BAKHTIN, 2011, p. 410) – dessa forma sentidos esquecidos podem novamente se fazer presentes.

A partir de Bakhtin (2010), percebe-se que uma das grandes falhas dos paradigmas de Burrell e Morgan (1979) é a operacionalização da oposição subjetivismo-objetivismo, base do modelo. O filósofo russo preocupa-se com o lugar do sujeito-autor na pesquisa, mas não admite a vinculação dessa problematização ao subjetivismo e ao relativismo característicos da cultura contemporânea (AMORIM, 2009; BAKHTIN, 2010). Toda a obra do autor seria constituída pelo esforço de superação da dicotomia entre subjetivismo relativista e objetivismo idealista.

No que tange às dimensões mudança e regulação dos paradigmas de Burrell e Morgan (1979) existem inconsistências, pois elas não consideram questões como: “mudança para quem?”, “a partir de quem e de onde?” e “a partir de que ponto de vista?”. A ideia gerada das possibilidades de uma mudança-objetiva e uma mudança-subjetiva também incorre em incoerências. A partir de Bakhtin, não é possível pensar questões como mudança e permanência, a não ser a partir da intersubjetividade entre os sujeitos – da alteridade constitutiva da vida humana – o que os paradigmas fazem é ilusoriamente negar que objeto e sujeito são consequências de relações (BAKHTIN, 2010).

4.2 Ato, responsabilidade, verdade, dever e não-álibi

Na perspectiva bakhtiniana, o pesquisador, ao produzir conhecimento, assume uma posição de responsabilidade e responsividade, devendo problematizar seu lugar social, aquele de onde ele fala. Essa responsabilidade tem relação com o conceito de exotopia (BAKHTIN, 2010), pelo qual o pesquisador faz um movimento de distanciamento e de aproximação do contexto pesquisado, que possibilita a problematização (GROFF; MAHEIRIE; ZANELLA, 2011). Trata-se, segundo Ribeiro (2013, p. 2) de “colocar-se no lugar do objeto pesquisado e depois retornar-se ao seu lugar de pesquisador, para então, conhecer e compreender o objeto pesquisado”, produzindo-se, assim, o “excedente de conhecimento” necessário.

A minha abstração do meu próprio lugar único no Ser, *como se eu estivesse* desencarnado de mim mesmo, é por si mesmo um ato ou ação responsável que se realiza do meu próprio lugar único, e todo conhecimento com um determinado conteúdo (a possível auto-equivalência da do Ser) que se obtém desse modo deve ser encarnado por mim, deve ser traduzido na linguagem do pensamento participativo (não indiferente), deve submeter-se à questão de qual obrigação o dado reconhecimento impõe sobre mim – meu único eu – do meu lugar único. (BAKHTIN, 2010, p. 66).

Assim, em um mundo constituído por um “eu” único e por vários “outros únicos” (que por sua vez são “fundados por mim” e também me constituem), a exotopia é o movimento pelo qual o ser está temporariamente do lado de fora da arquitetônica: “Eu participo dela apenas como um contemplador, mas a contemplação é ativa, efetiva exotopidade do contemplador com relação ao objeto contemplado” (BAKHTIN, 2010, p. 90).

A pesquisa científica, desse ponto de vista, envolveria, dois momentos: o encontro do pesquisador e seu outro, e o encontro do pesquisador e o texto. Em cada um deles, o pesquisador deve estabelecer o compromisso ético de construir o sólido entendimento humano da experiência vivida, assumindo a responsabilidade por aquilo que pensa (RIBEIRO, 2003). Dessa forma, “Minha posição no mundo, num dado tempo, num dado lugar, me confere responsabilidade. Sou responsável por realizar aquilo que é próprio do meu lugar, da minha condição concreta e única” (AMORIM, 2009, p. 34).

O momento constituído pela realização de pensamentos, sentimentos, palavras, ações práticas é uma atitude ativamente responsável que eu próprio assumo – uma atitude emocional-volitiva em direção a um estado de coisas em sua inteireza, no contexto da vida real unitária e única. [...]. É precisamente aqui que nós encontramos as raízes da responsabilidade ativa, da *minha* responsabilidade: o tom emocional-volitivo procura expressar a verdade [*pravda*] de um dado momento, e isso o relaciona à última, unitária e única unidade. (BAKHTIN, 2010, p. 55).

Assim, a dimensão ética de um pensamento teórico não pode ser buscada no seu conteúdo, o qual espera-se e exige-se que seja mesmo verdadeiro. Mas isso não é suficiente para que o pensamento seja considerado ético. A ética está no ato de pensar a teoria – ato singular, feito por um sujeito único, seja ele o teórico ou o leitor. No ato de pensar, tem-se o dever de buscar a verdade. Portanto, “o conhecimento sem ato é um dado abstrato e parcial.

Para que um conhecimento seja pleno é necessário que alguém o pense. O ato é o movimento do pensamento, é o seu vir-a-ser” (AMORIM, 2009, p. 23).

A verdade [*pravda*] do ato ético traz as ideias semânticas de validade e justiça. O conhecimento verdadeiro é válido porque é justo, para o contexto do sujeito pensante e para posição a partir da qual pensa. Bakhtin (2010) distingue, assim, duas formas de verdade: *pravda* e *istina*. A primeira diz respeito à “ética de uma teoria ou de um pensamento teórico (filosofia ou ciência), ao ato de pensar essa mesma teoria” (seja por parte do autor, seja por parte do leitor). Já *istina* refere-se “ao conteúdo de uma teoria, a leis universais e ao universo de possibilidades” (AMORIM, 2009, p. 22). Todorov (2011, p. XXXI) nos lembra de que “aspira-se a buscar a verdade, em vez de considerá-la como dada de antemão: ela é um horizonte último e uma ideia reguladora”.

Concentrando-se principalmente na verdade *pravda*, Bakhtin (2010) desenvolve a reflexão sobre o dever do sujeito para com o pensamento. Há um dever de pensar, porque pensando, ele participa da construção desse pensamento com aquilo que há de singular nele, uma contribuição que só ele pode dar (AMORIM, 2009). Com isso, “Eu, o um e o único eu, não posso em nenhum momento ser indiferente a (parar de participar de) minha inescapavelmente, obrigatoriamente única vida; eu preciso ter meu dever” (BAKHTIN, 2010, p. 59). No entanto, para Bakhtin (2010), não é o conteúdo que determina o dever, a obrigação:

E o que me compeliu a assinar no momento de assinar não foi o conteúdo de um determinado ato ou ação. Esse conteúdo não poderia em si, isoladamente, ter me obrigado a realizar o ato ou ação – assinar-reconhecer – mas apenas em correlação com minha decisão de assumir uma obrigação – realizando o ato de subescrever-reconhecendo. E nesse ato realizado o aspecto do conteúdo não foi senão um momento constituinte, e o que decidiu o assunto foi o reconhecimento ou afirmação – a ação responsável – que tinha sido realmente realizada anteriormente, etc. (BAKHTIN, 2010, p. 56).

Sobre a obrigatoriedade do pensamento para o sujeito, diz-se: “A eventicidade, a singularidade do ser implica que o que alguém faz não pode ser feito por outro. Assim, há uma obrigação de agir, de participar da vida real, que deriva de o *eu* ocupar um lugar singular, de o *eu* ser único” (FIORIN, 2011, p. 207). Portanto, o ato ético é concreto, real:

[...] is the call refoundation of theories of knowledge, in order to allow our conscious awareness gets surrounded by the knowledge of forms without suffering from formalism, live the objectified Being in aesthetics without suffering from any of the possible aestheticisms and, finally, operate the description of the occurrence-ness of Being in the theory without reducing it for any defects of theoreticism. (MARTINS; LEITE, PONTES, 2012, p. 140)

Ponzio (2010 *apud* CORSINO, 2015) analisa a origem etimológica da palavra *postupok*, traduzida como *ato*. O termo envolve a raiz *stup*, identificada como “passo”, o que dá a *postupok* – ato – a ideia de dar um passo, tomar a iniciativa, fazer um movimento, uma ação arriscada, tomar posição, portanto, “O ato responsivo é entendido como a minha responsabilidade em relação ao outro, a minha não indiferença mutuamente constitutiva” (CORSINO, 2015, p. 401). O ato responsivo que ocorre no contato entre o eu e o outro não produz efeitos apenas no nível interpessoal, mas em uma dimensão social, tendo a linguagem como mediação. A partir da noção de ato responsivo, o pesquisador pode “deixar aflorar as vozes dos vencidos, **problematizar o monólogo disfarçado de diálogo** (Buber, 2009), o pensamento único, o monoculturalismo, sem abrir mão de conhecimentos produzidos socialmente ao longo da história” (CORSINO, 2015, p. 407; grifo nosso). Os paradigmas são nessa perspectiva mesmos que em quatro quadrantes, monólogos disfarçados de diálogos.

Adiante, por meio da ideia de dever, Bakhtin (2010, p. 44) aborda o não-álibi na existência, entendido como a impossibilidade de que o ser se esquive ao dever – ele não tem

um álibi que lhe permita essa omissão (em função de seu lugar singular) “[...] É apenas o meu não-álibi no ser que me transforma uma possibilidade vazia em um ato ou ação responsável e real”. Emerge, então, a questão: **No modelo de Burrell e Morgan, dá-se o compromisso ético do ato responsável, que procura a verdade *pravda* considerando outras possibilidades de explicação do mundo ao invés de tentar afastá-las?**

É na relação entre lugares que se dá o ato ético, que deve ser de respeito, e não de aniquilamento do outro – o que faz toda diferença ao pensarmos relações entre áreas, disciplinas e paradigmas. Além disso, assumir eticamente o outro não pode ser somente uma menção classificatória, como ocorre nos quadrantes de Burrell e Morgan (1979), que reduz nosso ato ético a uma menção e não ao reconhecimento intersubjetivo. Considerando a noção de não-álibi, nunca posso ficar indiferente ao outro, dizer que “não tenho nada a ver”, “não me importo com sua pesquisa que é de outro paradigma”, “a ideia é boa, mas o seu paradigma não me interessa”, “você pode pesquisar isso, mas tem que ser nesse paradigma”, etc.

A proposta de Burrell e Morgan não demonstra uma constituição do eu pelo outro. A partir de Bakhtin (2010), só é possível entender os paradigmas quando se tem em mente que um deles se constitui em relação aos demais; e os demais em relação a esse outro. A necessária relação com um “outro” deve ser preservada, considerando que pesquisadores nunca escrevem nem pensam sozinhos, mesmo quando estão a sós (MAHEIRIE; ZANELLA, 2010). Nesse sentido, a produção do conhecimento por abordagens sociológicas, conforme sugere Paes de Paula (2016), que podem conciliar diferentes matrizes, contemplaria maior respeito pelo “outro”.

A incomensurabilidade é uma noção que não condiz com a visão dialógica da vida a partir de Bakhtin. A alternativa seria então a ideia de incompletude (PAES DE PAULA, 2015), que além de marcar as áreas do conhecimento, marca os próprios sujeitos. A incompletude que os marca (GERALDI, 2003) deixa-os livres para buscar seu complemento no “outro”. Por isso, Paes de Paula (2016) investe na ideia de um círculo, que não tem extremos, onde tudo estará em movimento, podendo ser transformado, revisado, reescrito – ao invés dos quadrantes. Todavia, no que pese aos avanços ainda também não abarca toda a dialogicidade e consequências de considerar o ato ético – isso emerge deste artigo como questão em aberto, como dúvida. Não é a forma geométrica que muda a forma de produzir conhecimento nos estudos organizacionais, mas, o abrir-se ao ato ético e a alteridade. Nisso, o trabalho de Paes de Paula (2015; 2016) avança de forma notável.

Finalmente, o enquadramento de objetos em paradigmas nos leva a outro problema, de teor ético. Para Sobral (2010, p. 115-116) “[...] o pesquisador não pode forçar o objeto a enquadrar-se seja no método usado ou nos interesses da pesquisa”. Não se pode enquadrar um objeto em um paradigma de forma arbitrária. É ético que o pesquisador busque novas teorias e formas de compreender o objeto, caso ele mostre as fragilidades da teoria anteriormente utilizada (SOBRAL, 2010). Os paradigmas, de forma contrária, influenciam os pesquisadores a “enquadrarem” diferentes realidades, dados e discussões.

4.3 A dúvida

Para Bakhtin (2010), mundo da cultura e mundo a vidaⁱ se encontram no ato de pensar em que “O ato é ato no confronto com outros atos, de outros sujeitos” (AMORIM, 2009, p. 36). Tem-se, assim, uma multiplicidade de sujeitos envolvidos em atos responsivos. Essa pluralidade é o que introduz a possibilidade de dúvida, algo valorizado pelo filósofo russo. A busca ética da verdade exige a dúvida: “A existência da dúvida é o que confere ainda mais peso à minha assinatura, significando que eu poderia não reconhecer um determinado pensamento como válido. Eu poderia duvidar dele” (AMORIM, 2009, p. 37). Se há uma multiplicidade de sujeitos participando do mundo em sua singularidade – e produzindo sentidos vários a partir de seus lugares singulares – Bakhtin (2010, p. 63) pergunta:

Se a “face” do evento é determinada do lugar de um eu participativo, então há tantas “faces” quanto diferentes lugares únicos. Mas onde, então, está a “face única” e unitária? Se a minha *relação* com o mundo é essencial para o mundo, isto é, minha relação ou atitude é *real* no mundo pelo seu valor emocional-volitivo, isto é, é *reconhecida* (1 palavra ilegível), então este valor reconhecido, a pintura emocional-volitiva do mundo, apresenta-se para mim de um modo, enquanto para outro de outro modo. Ou talvez tenhamos que reconhecer a dúvida como constituindo uma espécie de valor perfeitamente distinta?

A dúvida é, em seguida, reconhecida como um valor distintivo, sem entrar em contradição como a cognição teórica (BAKHTIN, 2010). Portanto, o autor reconhece o espaço de destaque da dúvida: submeter um pensamento à contemplação de vários “outros” é admitir de antemão que haverá outras possibilidades de pensá-lo – e o outro não pode ser apenas o “outro” do meu paradigma. Assim, a questão final que se coloca é: **Se existem vários “outros” produzindo sentido nas relações dialógicas, cada qual numa versão legitimamente válida, a possibilidade de dúvida é constitutiva. No diagrama de Burrell e Morgan (1979), em decorrência da incomensurabilidade, a dúvida encontraria espaço nas “disputas acadêmicas”?**

Acreditamos que os quadrantes são um empecilho à dúvida no sentido de Bakhtin (2010) na medida em que os arrefecimentos entre pesquisadores os levam a negar antecipadamente e indistintamente a posição do outro. Mesmo definido num paradigma específico, o texto é o resultado do diálogo com seus outros – é uma ilusão pensar que possa ser concebido ‘adamicamente’ (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006) dentro de um único paradigma. Em uma pluralidade de sujeitos praticando o ato responsivo (pesquisadores e leitores), surge necessariamente a possibilidade de dúvida, que para Bakhtin (2010) é positiva, pois, o fechamento em determinado paradigma permite ao pesquisador o trânsito teórico em apenas um conjunto de ideias previamente aceitas pelo paradigma em que se apoia.

O modelo de Burrell e Morgan (1979) retira a dúvida da constituição das próprias teorias e autores. Vejamos um exemplo a partir de perspectivas que se tornaram importantes para os estudos organizacionais (PAES DE PAULA, 2016). A teoria crítica, de acordo com Burrell e Morgan (1979) é colocada no paradigma subjetivo-mudança radical (humanismo radical). Ela, no entanto, não pode ser entendida sem as influências advindas do marxismo (para eles, colocado no paradigma estruturalismo radical), por exemplo, e diversas outras influências como o de Sigmund Freud, quando falamos da teoria crítica frankfurtiana – portanto, antes de qualquer “enquadramento” A teoria crítica frankfurtiana é constituída de forma dialógica nos termos de Bakhtin (2010; 2011).

Outro ponto é que há, no modelo, uma pressuposição de que existe uma unidade na teoria crítica (mas será mesmo, se nela existem autores como Marcuse, Adorno, Horkheimer, Benjamin, Habermas, Apel, Honneth e outros tantos de suas várias gerações?). Acrescenta-se: a teoria crítica de Jürgen Habermas (humanismo radical para Burrell e Morgan, 1979) bastante referenciada no Brasil, não pode ser entendida sem a influência constitutiva do marxismo, da teoria dos sistemas de Luhmann e Parsons, da hermenêutica de Gadamer e a fenomenologia de Husserl; em síntese, não pode ser entendida sem “conversa” com os demais três paradigmas e não se constitui sem os “outros” listados, dentre tanto “outros”. Portanto, a própria estrutura das teorias apresentadas é dialógica e não pode ser compreendida dentro de quadrantes incomensuráveis.

Ainda aproveitando o exemplo do filósofo alemão Habermas – que é citado por Burrell e Morgan (1979) – temos que indagar que a sua “prisão” a um paradigma parte da ideia da unidade de um sujeito sempre idêntico a si mesmo, que não muda. Bakhtin (2011, p. 395) se posiciona contra isso, afinal, “O objeto das ciências humanas é o ser *expressivo e falante*. Esse ser nunca coincide consigo mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e significado”. Sobral (2010, p. 105) complementa: o Círculo de Bakhtin “[...] vê o sujeito no

âmbito de uma arquitetônica em que os diferentes elementos que constituem sua fluida e situada identidade estão em permanente tensão, em constante articulação dialógica, em permanente negociação de formas de composição, em vez de unidos mecanicamente”. Essas ideias vão ao encontro dos questionamentos de Amorim (2004) sobre o fato de que ao mudar, o sujeito já se tornaria “outro”.

No caso de Habermas – cuja produção passa por diferentes fases, com diferentes ênfases, perspectivas e teses (FREITAG, 2005), por exemplo, não é possível conceber um autor monolítico, mas, sim, dialógico com os “outros” e com ele mesmo, na sua relação de alteridade com os que leu, conversou, replicou, enfim. Os quadrantes de Burrell e Morgan tiram nossa atenção dessa questão e Bakhtin (2010) considera que somos sempre construídos nas relações e, portanto, permeados por dúvidas e inacabamentos: “Nossas respostas são formuladas a partir da nossa relação com a alteridade. [...]. Nas inter-relações entre eu e o outro se confrontam múltiplos discursos e nesta arena nos constituímos e somos constituídos mutuamente, sempre de forma inacabada e provisória” (CORSINO, 2015, p. 401).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto, enquanto diálogo, não é inédito; como todos os outros, é, necessariamente, réplica – não existiria sem Burrell e Morgan (1979) e, especialmente, sem Paes de Paula (2015; 2016) que “reviveu” muito deste debate. Na perspectiva de Bakhtin (2011) não existe uma palavra dita sem que haja outra precedente. Para o autor, não somos um Adão de quem parte o primeiro “dito” (BAKHTIN, 2006). A proposta foi trazer a contribuição de Bakhtin e seu Círculo aos debates sobre os estudos organizacionais, especificamente no que se refere a um clássico da área (já muito criticado, mas ainda ativo nas discussões acadêmicas) – o modelo de Burrell e Morgan (1979). Este texto chega para somar-se ao diálogo, sendo réplica de muitos outros e podendo vir a motivar réplicas outras (inevitavelmente).

A discussão do artigo foi focada na filosofia do ato de Bakhtin e no agir frente à alteridade, considerando uma relação necessária com o outro, constituinte do eu, mediante relações mútuas, intersubjetivas – é dessa forma que se estabelecem as relações eu-para-mim, o outro-para-mim e o eu-para-o-outro. É possível interpretar – considerando os quadrantes como paradigmas que se pretendem fechados – que o modelo não contempla o dialogismo e as relações intersubjetivas porque não é possível, para Bakhtin (2010), a constituição de uma área sem relação com as outras (com o outro), de forma exotópica e dialógica.

O modelo de Burrell e Morgan (1979) apresentaria, assim, fragilidade por ser inconsistente com a realidade dialógica e, dessa forma, não se firma com seu compromisso ético em relação ao outro – agravando relações conflitivas como coloca Paes de Paula (2015). Finalmente, se existem vários “outros” produzindo sentido nas relações dialógicas, cada qual numa versão legitimamente válida, a possibilidade de dúvida é constitutiva; contudo, no diagrama, em decorrência da incomensuralidade, a dúvida não encontraria espaço privilegiado nas ditas “disputas acadêmicas”. Portas e janelas de cada paradigma estão fechadas para o outro, em uma relação em que não há hóspedes e anfitriões – usando uma reflexão de Amorim (2004). A pesquisa, e o movimento exotópico a ela inerente, no entanto, exige que o pesquisador esteja pré-disposto a relacionar-se com o “outro”, acolhendo eticamente o que esse outro diz, mesmo que em um debate tenso, já que o diálogo em Bakhtin não pressupõe consenso (FARACO, 2009).

Concluimos, por enquanto, que o modelo não nos permite enxergar a arquitetura da vida humana dialógica e exotópica. O que se percebe é que a proposta de Burrell e Morgan (1979) foi importante para a construção do campo dos estudos organizacionais, e, continua sendo usada até hoje de maneiras até menos aberta que o modelo original para catalogar, agrupar e enjaular visões e perspectivas. Recorrendo à noção de diálogo de Bakhtin (2011), temos que o “já dito” não pode ser destruído e permanece impactando os textos que o seguem

– poderíamos aqui refletir que o positivismo (como um “já dito”) permaneceu presente no “novo texto” produzido por Burrell e Morgan (1979), pela estruturação da proposta em dicotomias e polarizações, e pelas tentativas de “enquadrar o conhecimento” em estruturas estanques e rigidamente delimitadas. Portanto, a própria visão positivista e funcionalista possui voz no modelo, é dialógica ao diagrama.

Quando os paradigmas foram classificados em posições opostas, polarizadas, incomensuráveis, deterministas e em número limitado, acabaram provocando nos pesquisadores uma postura de negação do outro, de tentativa de aniquilamento – o que interfere diretamente nas noções bakhtinianas de diálogo, de alteridade, de respeito pelo outro, de ato responsável (ético) e de dúvida. Assim, o que se provoca com o modelo é uma tentativa de eliminar da arquitetônica o eu-para-o-outro e o outro-para-mim, apostando-se apenas na noção do eu-para-mim – o que é impossível na visão de Bakhtin (2010).

Seja em um apenas, ou em multiparadigmas, a dúvida deve ser considerada. Submeter um pensamento à contemplação de vários outros é admitir de antemão que haverá outras possibilidades de pensá-lo. Vale considerar que a própria trajetória de Burrell e Morgan após a publicação de 1979 é reveladora de que sujeitos (como são os agentes e os objetos das ciências humanas) não podem ser enquadrados em estruturas imutáveis e dicotômicas. Se considerarmos o que Vieira e Orleans (2006) dizem sobre Burrell, temos que o autor pode já ser um “outro de si mesmo” – conforme se consta em Burrell (2009) também. Ele é considerado um dos atores fundamentais na disseminação da abordagem pós-moderna nos estudos organizacionais; abordagem essa que, para alguns autores (inclusive Vieira e Orleans, 2006), não encontra lugar no diagrama. Assim, permaneceu em movimento contínuo, em um processo dialógico que já não se enquadraria na proposta inicial criada em 1979.

Tendo em vista a percepção do autor russo e seu círculo, este trabalho é um diálogo inconcluso. Por isso, percebemos que futuras pesquisas podem aprofundar na discussão sobre a possibilidade de colaboração de Bakhtin para a compreensão do campo dos estudos organizacionais. Fica também como sugestão de pesquisa discutir até que ponto que a alternativa aos paradigmas, proposta por Paes de Paula (2015; 2016), incorpora, em maior extensão, o reconhecimento do outro, adotado pela linha bakhtiniana. Assim, daremos continuidade ao longo debate, ainda “vivo”, sobre paradigmas nos estudos organizacionais. Como diálogo, espera-se sempre réplica, tréplica – sem pretensões de se constituir a última palavra.

Referências Bibliográficas

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2014.

AMORIM, M. Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009. p.17-43.

AMORIM, M. Vozes e silêncio no texto de pesquisa em Ciências Humanas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, 2002. p. 7-19.

ARBOIT, A. E.; GUIMARÃES, J. A. The ethics of knowledge organization and representation from a Bakhtinian perspective. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 5, 2015. p. 324-331.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

- BELOVA, O.; KING, I.; SLIWA, M. Introduction: polyphony and organization studies: Mikhail Bakhtin and beyond. **Organization Studies**, v. 29, n. 4, 2008. p. 493-500.
- BOJE, D. M. Resistência carnavalesca ao espetáculo global. **Revista de Administração de Empresas**, v. 42, n. 4, 2002. p. 1-18.
- BURELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 439-462.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life**. London: Heinemann, 1979.
- CALDAS, M. P. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 53-57, 2005.
- CASTRO, A. C.; PORTUGAL, F. T.; JACÓ-VILELA, A. M. Proposição bakhtiniana para análise da produção em psicologia. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 1, p. 91-99, 2011.
- CORSINO, P. Entre Ciência, Arte e Vida: a didática como ato responsivo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 399-419, abr./jun. 2015.
- DEETZ, S. Describing differences in approaches to organization science: rethinking Burrell and Morgan and their legacy. **Organization Science**, v. 7, n. 2, march-april 1996.
- FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FARIA, J. H. Análise de Discurso em Estudos Organizacionais: as concepções de Pêcheux e Bakhtin. **Teoria e Prática em Administração**, v. 5, n. 2, p. 51-71, 2015.
- FIORIN, J. L. Linguagem e interdisciplinaridade. **Alea: Estudos Neolatinos**, v. 10, n. 1, p. 29-53, 2008.
- FIORIN, J. L. Resenha: BAKHTIN, Mikhail M. Para uma filosofia do ato responsável. **Bakhtiniana**, São Paulo, v.1, nº5, p. 205-209, 1. sem. 2011.
- FREITAG, B. **Dialogando com Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
- GERALDI, J. W. A Linguagem nos Processos Sociais de Constituição da Subjetividade. In: GERALDI, J. W. (Org.). **Reflexões sobre Práticas Escolares de Produção de Texto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 15-27.
- GOOSSEFF, K. A. Autopoeisis and meaning: a biological approach to Bakhtin's superaddressee. **Journal of Organizational Change Management**, v. 23, n. 2, p. 145-151, 2010.
- GROFF, A. R.; MAHEIRIE, K.; ZANELLA, A. V. Constituição do(a) pesquisador(a) em ciências humanas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 62, n. 1, 2010.
- HELIN, J. Writing process after reading bakhtin from theorized plots to unfinalizable “living” events. **Journal of Management Inquiry**, v. 24, n. 2, p. 174-185, 2015.
- HOLQUIST, M. Prefácio. In: BAKHTIN, M. **Para uma Filosofia do Ato Responsável**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010. p. 3-11.
- JABRI, M.; ADRIAN, A. D.; BOJE, D. Reconsidering the role of conversations in change communication: A contribution based on Bakhtin. **Journal of organizational change management**, v. 21, n. 6, p. 667-685, 2008.
- LEWIS, M. W.; GRIMES, A. J. Metatriangulação: a construção de teorias a partir de múltiplos paradigmas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 72-91, jan./mar. 2005.

- LIAPUNOV, V. Prefácio do tradutor da edição americana. In: BAKHTIN, M. **Para uma Filosofia do Ato Responsável**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010. p. 12-14.
- MARTINS, E. S.; LEITE, F. F.; PONTES, N. C. Dois problemas decisivos sobre Para uma filosofia do ato: o mundo **cindido e os atributos do Ser e do ato ético**. **Bakhtiniana, Revista de Estudos do Discurso**, v. 7, n. 2, p. 123-141, 2012.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico?. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, mar./abr. 2011.
- PAES DE PAULA, A. P. Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistemológicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n.1. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- PAES DE PAULA, A. P. **Repensando os estudos organizacionais: por uma nova teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora e Fapemig, 2015.
- PECI, A. Além da dicotomia objetividade-subjetividade. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 29-49.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 61-98.
- RIBEIRO, J. A. A investigação científica em Ciências Humanas no âmbito da teoria de Bakhtin e seu Círculo. In: ENCONTRO DE ESTUDOS BAKHTINIANOS, 2, 2013, Vitória-ES. Anais... Vitória-ES: UFES, 2013, p. 1-10.
- ROBERTS, J. M. **Mikhail Bakhtin and CMS**. 2014. Disponível em: <<http://www.criticalmanagement.org>>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- SAMPAIO, M. C. H. A propósito de Para uma filosofia do ato (Bakhtin) e a pesquisa científica nas Ciências Humanas. **Bakhtiniana, Revista de Estudos do Discurso**, v. 1, n. 1, p. 42-56, 2009.
- SILVEIRA, R. Z. -Mãel? O mundo vai acabar...? reflexões sobre desdobramentos e implicações dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, p. 652-670, 2013.
- SOBRAL, A. Ético e estético na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 103-121.
- SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. A análise do discurso em estudos organizacionais. In: SOUZA, E. M. (Org.). **Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Vitória: EDUFES, 2014. p. 13-38.
- SOUZA, S. J.; ALBUQUERQUE, E. D. P. A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana. **Bakhtiniana, Revista de Estudos do Discurso**, v. 7, n. 2, p. 109-122, 2012.
- TODOROV, T. Prefácio à edição francesa. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 13-34.
- VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 1, p. 59-70, 2006.

ⁱ A respeito do mundo da vida e do mundo da cultura para Bakhtin, Souza e Albuquerque (2012) explicam que em “Para uma Filosofia do Ato”, o pensador russo instaura uma separação entre o mundo da vida (aquele onde ocorre a experiência histórica do ser humano, os acontecimentos de sua existência; aquele onde se vive, morre, se pratica atos singulares; aquele onde ocorrem as trocas entre o pesquisador e seu outro) e o mundo da cultura (aquele do pensamento teórico-discursivo, no qual os atos da atividade humana são representados e objetivados; é onde ocorre a sistematização da experiência vivida). Esses dois mundos, no entanto, para Bakhtin, são inseparáveis. A divisão seria apenas passível de superação a partir do ato de pensamento do pesquisador, momento em que pode haver uma unificação dos dois mundos.